



1 Às nove horas do dia vinte de abril de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO CHAVES**,  
4 **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES** e **SÉRGIO LEÃO** e as Conselheiras Substitutas **ADRIANA**  
5 **OLIVEIRA** e **MÁRCIA COSTA**, nos termos das Portarias nº's 0539/17 e 0504/17; Ausências  
6 justificadas dos Conselheiros, **JOSE CARLOS ARAUJO**, **DANIEL LAVAREDA** e **CEZAR**  
7 **COLARES**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do  
8 Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas  
9 dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do  
10 Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que  
11 assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos*  
12 *neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o  
13 Conselheiro Substituto, **ALEXANDRE CUNHA**, para apresentar proposta de Decisão nos termos  
14 do inciso II, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Houve votação e aprovação das Atas  
15 das Sessões nº 023/2017 Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento  
16 em que foram anunciados os processos: **Processo nº 713352010-00; Fundo Municipal de**  
17 **Saúde de Santarém; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais de Gestão; Responsável:  
18 José Antonio Alves Rocha; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth  
19 Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado/Contador: Raimundo da Silva Peleja  
20 CRC/PA 3349; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017. Cumprindo dispositivo regimental, o  
21 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das  
22 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A  
23 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das  
24 contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
25 Estadual (Acórdão nº 30.411). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº**  
26 **1160192012-00; Fundo Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Fundeb de**  
27 **Jacareacanga; Prestação de Contas – 2012**; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Pedro  
28 Lúcio Santa Rosa Da Luz; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria  
29 Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.**  
30 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
31 manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira  
32 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
33 decidiu pela regularidade das contas, com emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.412).  
34 Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 774152010-00; Fundeb de São**  
35 **Francisco do Pará; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais De Gestão; Responsável:  
36 Cledson De Souza Leitão; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
37 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 77, de**  
38 **17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
39 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.



40 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à  
41 **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e  
42 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.413).  
43 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 432242012-00; Fundo Municipal De**  
44 **Saúde de Maracanã; Prestação de Contas – 2012**; Contas Anuais De Gestão; Responsável:  
45 Jader Teixeira Gardeline; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria  
46 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães, Retirado Da Pauta Do Dia 06.04.17;  
47 **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
48 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A  
49 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência  
50 proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com  
51 recolhimento aos cofres municipais, bem como aplicação de multas, e encaminhamento de cópia  
52 dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.414). Presidência da Conselheira Mara  
53 Lúcia. **Processo nº 1140022011-00; Câmara Municipal de Goianésia do Pará; Prestação**  
54 **de Contas – 2011**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Thiago Gomes Bandeira Lacerda;  
55 Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:  
56 Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo  
57 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
58 irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu  
59 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela  
60 irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres municipais, aplicação de multas e o  
61 encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.415).  
62 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 773612009-00; Fundo Municipal De**  
63 **Saúde de São Francisco do Pará; Prestação de Contas – 2009**; Contas Anuais De Gestão;  
64 Responsável: Francisco Celso Leite Da Silva; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
65 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 77,**  
66 **de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
67 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
68 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:  
69 O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento aos cofres  
70 municipais, aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
71 Estadual (Acórdão nº 30.416). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**  
72 **784122008-00; Fundo Municipal De Saúde de São João do Araguaia; Prestação de**  
73 **Contas – 2008**; Contas Anuais De Gestão; Responsável: Marisvaldo Pereira Campos; Instrução:  
74 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro  
75 Sérgio Leão; Advogado/Contador: Breno Ruffeil Gomes - OAB-PA 16.735; **Publicado no DOE nº**  
76 **77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
77 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
78 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:



79 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e o  
80 nencaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.417).  
81 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1260062010-00; Fundo Municipal De**  
82 **Assistência Social de Terra Santa; Prestação de Contas – 2010**; Contas Anuais De Gestão;  
83 Responsável: Jacira Nogueira Picanço; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público:  
84 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº**  
85 **77, de 17.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1130022011-00; Câmara Municipal**  
86 **de Eldorado dos Carajás; Prestação de Contas – 2011**; Contas Anuais De Gestão;  
87 Responsável: Valmir Gomes Solidade; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
88 Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído  
89 Conselheiro Daniel Lavareda); **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Retirado de Pauta.  
90 **Processo nº 201700207-00; Prefeitura Municipal de Belém; Denúncias e**  
91 **Representações – 2014**; Despacho de Admissibilidade de Representação (Prefeitura Municipal  
92 De Benevides); Denunciante Partido Popular Socialista – PPS; Denunciado: Ronie Rufino Da Silva  
93 (Pref. Municipal) Pereira Comércio e Serviços Ltda (Cnpj15.072.814/0001-09)Mp Construção e  
94 Comércio Ltda-Me(Cnpj 10.650.03/0001- 76); Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público:  
95 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº**  
96 **77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao  
97 Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º do Art. 292 do RI/TCM/Pa. A  
98 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
99 **unanimidade**, conheceu da Decisão da Relatora pela admissibilidade da Denúncia, com as  
100 recomendações constantes no voto (Acórdão nº 30.418). Presidência do Conselheiro Aloisio  
101 Chaves. **Processo nº 201021724-00 (1270012002-00); Prefeitura Municipal de Trairão;**  
102 **Recurso – 2002**; Reconsideração Contra a Decisão do Objeto da Resolução Nº 9.914/2010;  
103 Recorrente: Ademar Baú; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth  
104 Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.**  
105 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
106 manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em**  
107 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
108 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a  
109 manutenção da decisão recorrida. (Resolução nº 13.027). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.  
110 **Processo nº 201418504-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;**  
111 **Pensão Portaria Nº 082/2014, De 15.10.14**, Pensão por Morte da Servidora Inativa Sra.  
112 Gertrudes Alves de Oliveira.; Interessado: Antônio Alves De Oliveira (Esposo); Ministério Público:  
113 Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas  
114 (Redistribuído Conselheiro Daniel Lavareda); **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.**  
115 Retirado de Pauta. **Processo nº 201602810-00; Secretaria Municipal de Saúde - Sesma/**  
116 **PMB / Belém**; Contrato Contratos Temporários; Interessado: Cerena Park Han e Outros;  
117 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José



Guimarães; **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.419). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201602971-00; Secretaria Municipal de Saúde - Sesma/ PMB / Belém; Contrato Contratos Temporários; Interessado: Danielle de Nazaré Rodrigues Pereira e Outros; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.420). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201507053-00; Fundo Municipal De Saúde de Conceição do Araguaia; Contrato - 2015 Contrato Temporários com Adriana Cordeiro de Oliveira Marinho e Outros; Interessado: Helder da Silva Pontes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro parcial do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro parcial do Ato (Acórdão nº 30.421). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201507441-00; SEFAZ de Parauapebas; Contrato - 2015 Contratos Temporários; Interessado: Antônio Aerison de Pastana e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa do registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa do registro do Ato (Acórdão nº 30.422). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201501012-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato - 2014 ;Contrato Temporários de Pessoal e Termo Aditivos; Interessado: Thaís Ferreira Lísboa e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa do registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa do registro do Ato (Acórdão nº 30.423). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201415925-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Contrato - 2014 Contratos Temporários e Termos Aditivos; Interessado: Ataely Kayla Costa de Matos e Outros Ana Shirley Dias Lopes e Outros; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro**





157 Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.  
158 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
159 manifestou-se pelo registro parcial do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
160 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,  
161 decidiu pelo registro parcial do Ato (Acórdão nº 30.424). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.  
162 **Processo nº 201503392-00; Prefeitura Municipal de Parauapebas; Termo Aditivo - 2015**  
163 **Termos Aditivos aos Contratos Temporários; Interessado: Charlene Silva Dos Santos e Outros;**  
164 **Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José**  
165 **Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo  
166 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela  
167 negativa do registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator  
168 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
169 pela negativa do registro do Ato (Acórdão nº 30.425). Presidência da Conselheira Mara Lúcia.  
170 **Processo nº 201606997-00; Câmara Municipal de Parauapebas; Subsídio - 2016 Lei Nº**  
171 **4.655, 11/05/16 - Revisão Anual dos Subsídios dos Vereadores; Interessado: Iveraldo Braz Silva**  
172 **Simplicio; Ministério Público; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro**  
173 **Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.**  
174 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
175 manifestou-se pelo não cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
176 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
177 **unanimidade**, decidiu pelo não cadastramento do Ato.(Resolução nº 13.028). Presidência da  
178 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201504371-00; Prefeitura Municipal de Conceição**  
179 **do Araguaia; Nomeação - 2015 Nomeação de Servidores - Concurso Público - Edital Nº**  
180 **001/2009; Interessado: Marliane da Veiga Santos e Outros; Ministério Público; Procuradora**  
181 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa;**  
182 **Publicado no DOE nº 77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
183 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi  
184 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
185 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 30.426).  
186 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201600274-00; Prefeitura Municipal**  
187 **de Conceição do Araguaia; Diária - 2015 Decreto Nº 0485/2015 - Reajuste das Diárias;**  
188 **Interessado: Valter Rodrigues Guimarães; Ministério Público; Procuradora Elisabeth Salame da**  
189 **Silva; Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa; Publicado no DOE nº**  
190 **77, de 17.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
191 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
192 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
193 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato (Resolução nº 13.029). Presidência  
194 da Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e**



195 **MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta  
196 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.  
197 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatorze de abril de  
198 dois mil e dezessete.  
199 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 030/2017, em onze de maio de dois mil e dezessete.  
200 Visto:

**Hilda Maria Zahluth Centeno Normando**  
Subsecretária

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Ouvidor **Aloísio Chaves**  
Presidente da Sessão